

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

No que concerne ao controle interno, julgue os itens a seguir.

- 51 A técnica de utilização de fluxograma permite ao auditor visualizar o fluxo de documentos e processos, sendo sua aplicação mais recomendada que o uso de questionários de controle interno.
- 52 De acordo com as boas práticas de cibersegurança, os documentos de auditoria devem ser guardados em dispositivos eletrônicos com criptografia, em conformidade com o dever de sigilo e a proteção de dados.
- 53 Entre as características de um sistema de controle interno eficiente destaca-se a segregação de funções.
- 54 O sistema de controle interno é concebido como um processo estruturado, conduzido pelo conselho de administração e pela gerência da entidade e destinado a fornecer segurança absoluta quanto à realização dos seus objetivos.

Acerca do controle externo, julgue os itens que se seguem.

- 55 Sob a égide do princípio da separação de Poderes, o controle externo é absolutamente impedido de examinar o mérito de atos discricionários do administrador público.
- 56 A forma de controle externo exercida mediante a realização de inspeções e auditorias nos órgãos públicos é denominada controle repressivo.
- 57 O princípio da eficiência permite ao órgão de controle externo relevar a inobservância da legalidade formal pelo gestor, desde que provado que a decisão adotada foi benéfica para o interesse público.
- 58 O controle externo exercido pelo Poder Legislativo, com o auxílio do tribunal de contas, incide sobre a legalidade dos atos de admissão de pessoal na administração pública direta e indireta, mas não alcança o exame da conveniência e da oportunidade de tais contratações.

No que diz respeito a papéis de trabalho, julgue os itens subsequentes.

- 59 De acordo com a técnica de elaboração de papéis de trabalho, toda evidência obtida deve apresentar marcas de auditoria (*ticks*) explicativas, sob pena de a prova ser considerada insuficiente para sustentar a opinião do auditor.
- 60 Os papéis de trabalho são de propriedade da entidade auditada, que pode determinar livremente a sua guarda, forma de arquivamento e disponibilização a terceiros, cabendo ao auditor zelar pela integridade das informações neles registradas.
- 61 A organização dos papéis de trabalho deve ser estruturada de forma que, mesmo sem a presença do auditor que realizou o trabalho, um auditor experiente e sem conhecimento prévio da auditoria seja capaz de compreender a natureza, a oportunidade, a extensão e os resultados dos procedimentos realizados.
- 62 A codificação dos papéis de trabalho tem como objetivo principal otimizar a indexação e facilitar o acesso aos documentos, mas não substitui a necessidade de uma descrição clara e objetiva do conteúdo, da fonte e da data em cada folha.

Em relação à avaliação de riscos e aos controles internos em entidades fechadas de previdência complementar (EFPC), julgue os itens seguintes.

- 63 Dada a natureza restrita das EFPC, a elas não se aplica a obrigatoriedade de instituir políticas de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.
- 64 É inviável a adoção de controles internos ou mecanismos de gestão capazes de mitigar os impactos financeiros decorrentes da oscilação das taxas de juros e o aumento da inflação, visto que taxa de juros e inflação são variáveis macroeconômicas que estão fora do controle da administração da entidade.
- 65 O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

Julgue os itens a seguir, acerca de noções de governança corporativa, bem como conceitos, aplicação e papel da auditoria.

- 66 O comitê de auditoria deve ser composto majoritariamente por conselheiros internos ou executivos, de modo a ampliar a integração com a gestão operacional.
- 67 Nas organizações com estrutura formal de governança corporativa, a auditoria interna tende a subordinar-se ao conselho de administração por intermédio do comitê de auditoria.
- 68 Entre as atribuições do comitê de auditoria inclui-se a supervisão das atividades da auditoria interna, abrangendo a qualidade dos trabalhos, planejamento anual e resultados obtidos.
- 69 A governança corporativa pode ser compreendida como um sistema por meio do qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas.
- 70 A governança corporativa em instituições públicas envolve os relacionamentos entre acionistas, diretoria e conselho de administração, sem abranger órgãos de controle, como os de auditoria interna e externa.

Em relação aos tipos e classificações da auditoria, ao seu objeto e a seus objetivos, bem como à natureza e às fases do processo de auditoria, julgue os itens seguintes.

- 71 No contexto da auditoria independente, o objetivo do auditor consiste em obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, consideradas em conjunto, não apresentam distorções relevantes decorrentes de fraude ou erro.
- 72 A auditoria operacional tem como objetivo a emissão de opinião sobre a adequação das demonstrações contábeis da entidade auditada.
- 73 Na auditoria interna governamental, a avaliação dos controles internos atém-se aos aspectos financeiros e orçamentários, não se estendendo aos processos de auditoria financeira, como governança e gestão de riscos.
- 74 No processo de auditoria, a fase de planejamento, que visa confirmar os testes executados, ocorre após a obtenção das evidências de auditoria.
- 75 É objetivo da auditoria financeira aumentar o grau de confiança dos usuários das informações financeiras produzidas pelas demonstrações contábeis.

Considerando o cenário atual da governança corporativa e sua relação com a auditoria integral, julgue os itens subsequentes.

- 76** Em conformidade com as normas de auditoria, a descoberta posterior de distorção relevante decorrente de fraude ou erro não evidencia, por si só, falha do auditor em sua condução.
- 77** A comunicação entre auditor e responsáveis pela governança abrange informações sobre o alcance e a época planejados na auditoria, inclusive quanto à identificação de riscos significativos, sem afastar as responsabilidades atribuídas à administração pelas demonstrações contábeis.
- 78** A materialidade para execução da auditoria corresponde ao mesmo valor definido para as demonstrações contábeis como um todo, pois ambos possuem a mesma finalidade no planejamento e na execução da auditoria.
- 79** Nos procedimentos de avaliação de riscos, a obtenção de informações junto à administração pode fornecer evidência de auditoria suficiente para dispensar a realização de procedimentos analíticos e de observação e inspeção.
- 80** Na resposta aos riscos de distorção relevante decorrente de fraude, a utilização de procedimentos uniformes ao longo dos trabalhos favorece a consistência metodológica da auditoria e reduz a necessidade de alterações na natureza, época e extensão dos testes.

A respeito de órgãos de regulação e fiscalização, julgue os itens a seguir.

- 81** A SUSEP é responsável pela fiscalização dos mercados de seguros, capitalização, resseguros e fundos de pensão.
- 82** A PREVIC é uma autarquia especial à qual competem a fiscalização e a supervisão apenas das EFPC.
- 83** O TCU exerce o controle externo sobre as entidades de previdência complementar vinculadas à administração pública federal, especialmente no que se refere à utilização de recursos públicos, à governança e à atuação dos patrocinadores federais, sem substituir a competência técnica da PREVIC.
- 84** O CMN e o BACEN são entidades responsáveis pela execução da política monetária nacional, e, diferentemente do primeiro, o segundo exerce apenas função consultiva.
- 85** A CVM tem competência para fiscalizar, disciplinar e normatizar a atuação dos participantes no mercado de valores mobiliários.

Espaço livre

Considerando que uma servidora tenha ingressado no serviço público federal em 2026 e aderido, na mesma data, a um plano de previdência complementar vinculado à administração pública federal, julgue os seguintes itens, de acordo com a legislação em vigor.

- 86** Caso seja do interesse da servidora, é possível resgatar a totalidade das contribuições vertidas por ela e pelo patrocinador do plano de previdência complementar, desde que descontadas as parcelas do custeio administrativo.
- 87** Caso o vínculo da servidora com o patrocinador do plano de previdência complementar cesse antes que ela adquira o direito ao benefício pleno, será possível o recebimento de benefício proporcional diferido.
- 88** A entidade de previdência complementar poderá instituir contribuições extraordinárias para custeio de eventuais déficits apenas quando a servidora for beneficiária de prestação continuada, pois os participantes ativos não podem ser responsabilizados por eventuais inconsistências na constituição de reservas.
- 89** Para se tornar elegível a um benefício de prestação programada e continuada, a referida servidora deverá cumprir carência mínima de 180 contribuições mensais para o plano de benefícios.
- 90** A cessação do vínculo com o patrocinador do plano de previdência complementar será exigida da servidora apenas em caso de benefício gerado por incapacidade para o trabalho.

Julgue os próximos itens com base na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e na Lei Anticorrupção.

- 91** A responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas prevista na Lei Anticorrupção independe da responsabilização individual de seus dirigentes ou administradores.
- 92** Em caso de infrações cometidas contra as normas previstas na LGPD, os agentes de tratamento de dados ficam sujeitos a sanções administrativas, que podem variar desde advertências, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas, à proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados.

Julgue os itens que se seguem, relativos às normas de controle interno estabelecidas pelo COSO e na ISO 31.000.

- 93** Segundo o modelo COSO de controle interno, o gerenciamento de riscos corporativos constitui atividade restrita à alta administração, não integrando as atividades operacionais ordinárias nem os processos internos de monitoramento contínuo da organização.
- 94** De acordo com o modelo COSO, o ambiente de controle é considerado fundamento da estrutura de controles internos, abrangendo aspectos relacionados à ética, integridade, estrutura organizacional e definição de responsabilidades dentro da entidade.
- 95** A ISO 31.000 estabelece modelo normativo obrigatório de certificação internacional para sistemas de gestão de riscos, impondo requisitos vinculantes exclusivamente às organizações do setor financeiro.

No que se refere a conceitos de gestão de processos organizacionais, julgue os itens a seguir.

- 96** Processos organizacionais são caracterizados por tarefas independentes entre si, sem necessidade de integração funcional entre unidades administrativas.
- 97** Em auditorias internas em órgãos públicos, a gestão de processos organizacionais permite identificar atividades, responsáveis e resultados, favorecendo o mapeamento de controles e a verificação de conformidade normativa.
- 98** A gestão de processos restringe-se ao acompanhamento das atividades operacionais e não se relaciona à estratégia institucional nem à governança organizacional.
- 99** Em auditorias baseadas em risco, a abordagem por processos contribui para identificar vulnerabilidades operacionais e avaliar a efetividade dos mecanismos de controle interno.

A respeito de modelagem, análise e melhoria de processos, julgue os itens que se seguem.

- 100** Uma vez que o foco da análise de processos são os indicadores financeiros, é irrelevante examinar tempo de execução, qualidade e aderência normativa no âmbito desse tipo de análise.
- 101** A análise de processos pode revelar retrabalho, sobreposição de responsabilidades e ausência de segregação de funções, elementos relevantes para a auditoria de conformidade.
- 102** A modelagem de processos é dispensável quando a unidade auditada possui normas escritas formais, pois fluxogramas e representações gráficas não agregam valor à análise.
- 103** A melhoria de processos busca preservar a rotina existente, evitando qualquer alteração que possa interferir na execução administrativa.

Considerando os tipos e os níveis de processos organizacionais, julgue os itens subsecutivos.

- 104** A classificação entre processos estratégicos, táticos e operacionais auxilia as auditorias ao delimitar competências e identificar riscos conforme o nível decisório envolvido.
- 105** No setor público, o processo de elaboração do planejamento estratégico institucional é exemplo de processo gerencial com impacto direto sobre a governança.
- 106** No setor público, processos finalísticos são diretamente relacionados à missão institucional e à entrega do serviço público ao cidadão.
- 107** Os processos organizacionais são integralmente estruturados e previsíveis, independentemente do nível de complexidade e do ambiente decisório.

Acerca de reengenharia e de melhoria contínua de processos, julgue os itens subsequentes.

- 108** Em auditorias institucionais, a digitalização integral de um fluxo físico, com redesenho das etapas e redefinição de responsabilidades, caracteriza reengenharia.
- 109** A adoção de reengenharia ou de melhoria contínua é incompatível com a auditoria de conformidade, visto que ambos priorizam eficiência e ignoram controles internos, que são o foco das referidas auditorias.
- 110** A melhoria contínua dispensa indicadores e monitoramento, pois seu foco principal está na adoção espontânea de mudanças.

À luz do disposto na Resolução PREVIC n.º 23/2023 e na Resolução CNPC n.º 44/2021, julgue os próximos itens.

- 111** As entidades devem solicitar ao auditor independente a produção de relatório circunstanciado sobre as deficiências identificadas no curso dos trabalhos e a adequação dos controles internos aos riscos suportados, sendo a elaboração desse documento obrigatória apenas para as EFPC classificadas pela PREVIC no segmento S1.
- 112** A atuação do conselho fiscal das EFPC deve ser pautada na análise dos atos e decisões de gestão praticados por órgãos de administração ou colegiados, podendo o referido conselho contratar especialistas ou empresa especializada para a consecução dos seus objetivos.
- 113** Realizada a substituição de responsável técnico da equipe de auditoria independente, este somente poderá retornar à mesma EFPC após decorridos dois exercícios sociais contados a partir da data de sua substituição.
- 114** O auditor independente contratado pelas EFPC deve ser devidamente registrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quer seja pessoa física, quer seja pessoa jurídica.
- 115** As EFPC devem contratar auditor independente para produzir, anualmente, relatório circunstanciado sobre as deficiências de controles internos, identificadas as respectivas recomendações em consonância com a Norma Brasileira de Contabilidade para Trabalhos de Auditoria – Comunicação de Deficiências de Controle Interno.
- 116** As EFPC devem implementar procedimentos para a identificação de seus clientes, sendo, entretanto, facultativa a qualificação daqueles enquadrados como pessoas expostas politicamente, a fim de se garantir a isonomia no tratamento dos participantes.

Ao realizar a alocação de recursos de um de seus planos, determinada EFPC identificou operação que poderia gerar potencial conflito de interesse. Paralelamente, a diretoria-executiva da entidade propôs a alocação de 90% dos recursos garantidores do plano exclusivamente em títulos da dívida pública mobiliária federal interna.

Considerando a situação hipotética apresentada, julgue os itens a seguir, de acordo com as diretrizes de aplicação de recursos e gestão de riscos constantes na Resolução CMN n.º 4.994/2022.

- 117** No segmento de renda fixa, é permitido que a EFPC aplique até 100% dos recursos de cada plano em títulos da dívida pública mobiliária federal interna.
- 118** Na situação narrada, o conflito de interesses na EFPC somente seria configurado caso houvesse a efetiva obtenção de vantagem financeira por algum gestor ou a comprovação de prejuízo material mensurável ao plano de benefícios.

Julgue os itens que se seguem, de acordo com a Resolução MPS/CGPC n.º 13/2004.

- 119** No quadro de pessoal e de prestadores de serviços da EFPC, deve haver efetiva segregação de atividades e funções para se evitar que uma mesma pessoa assuma simultaneamente responsabilidades das quais decorram interesses conflitantes, exceto nas hipóteses em que a acumulação de responsabilidades ocorra de forma meramente esporádica ou eventual.
- 120** Todas as deficiências de controles internos, sejam elas identificadas pelas próprias áreas, pela auditoria interna ou por qualquer outra instância de controle, devem ser reportadas em tempo hábil ao nível gerencial adequado e ao conselho fiscal, e tratadas prontamente.